

# Relatório Anual de Atividades 2014



© TCEES, 2014

---

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

**Relatório Anual de Atividades: 2014** / Tribunal de Contas do Estado.

Vitória/ES: TCEES, 2014.

41p.

1.Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório Anual de Atividades: 2014.

I.Título.

(341.38509815206)

---

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo  
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913  
Telefone (27) 3334-7600  
[www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br)

# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## **CORPO DELIBERATIVO**

*Presidente*

Domingos Augusto Taufner

*Vice-Presidente*

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

*Corregedor*

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

*Ouvidor*

José Antonio Almeida Pimentel

*Conselheiros*

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Sérgio Manoel Nader Borges

## **AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIROS**

Márcia Jaccoud Freitas

João Luiz Cotta Lovatti

Marco Antônio da Silva

Eduardo Perez

## **MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS**

*Procurador Geral*

Luís Henrique Anastácio da Silva

*Procuradores de Contas*

Luciano Vieira

Heron Carlos Gomes de Oliveira

## **DIRETOR GERAL DE SECRETARIA**

Romário Figueiredo

## **SECRETARIO GERAL DAS SESSÕES**

Odilson Souza Barbosa Junior

## **SECRETARIO GERAL DE CONTROLE EXTERNO**

Rodrigo Lubiana Zanotti

## **SECRETARIO GERAL ADMINISTRATIVO**

Jonas Suave

# IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

## NEGÓCIO

Controle Externo

## MISSÃO

Orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade

## VISÃO

Ser instituição de excelência na orientação e no controle da gestão dos recursos públicos até 2015

## VALORES

Profissionalismo

Equidade

Ética e Transparência

Excelência de Desempenho

Responsabilidade Sustentável

# APRESENTAÇÃO

---

## **Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,**

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o seu Relatório Anual de Atividades, referente ao exercício 2014, sob a gestão do Conselheiro Domingos Augusto Taufner.

Dentre as ações realizadas pelo TCEES em 2014, podemos destacar:

- Nomeação de todos os aprovados no concurso de Analista Administrativo, realizado em dezembro de 2013.
- Realização do evento “Governança Pública para o Desenvolvimento Nacional Sustentável – Edição Espírito Santo”, em cooperação com o Tribunal de Contas da União.
- Implantação do módulo de CI Eletrônica do e-TCEES, possibilitando um gerenciamento completo e informatizado do processo de envio, recebimento, localização e arquivamento das comunicações internas desta Corte.
- Lançamento do Projeto Cidade Mais Acessível. A iniciativa tem como propósito oferecer aos jurisdicionados ferramentas para eliminação de barreiras físicas e comportamentais, favorecendo a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.
- Aprovação da criação do Núcleo de Jurisprudência e Súmula (NJS) deste Tribunal de Contas.
- Participação de 90 servidores em curso de Liderança para Resultados, fornecido pela instituição Dale Carnegie Training.
- Revisão do Plano Estratégico 2010-2015 para o ano 2015.

Sempre tendo em vista a excelência no desempenho de suas obrigações, com foco na sua missão e visão, o TCEES executou importantes ações em 2014, com o objetivo de aprimorar a sua atuação enquanto órgão fiscalizador e orientador, contemplando ações plenamente efetivas e consoantes aos anseios sociais.

Este relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCEES, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos – NPP, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Vitória, 13 de fevereiro de 2015

Conselheiro **Domingos Augusto Taufner**  
Presidente

# SUMÁRIO

---

<b>1. COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES .....</b>	<b>7</b>
<b>2. AÇÕES DE DESTAQUE NO ANO .....</b>	<b>8</b>
<b>3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO .....</b>	<b>12</b>
3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS EM 2014.....	12
3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO .....	13
3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO .....	20
3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS .....	24
<b>4. ATIVIDADES DE GESTÃO .....</b>	<b>25</b>
4.1 GESTÃO DE PESSOAS .....	25
4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	26
4.3 SERVIÇOS GERAIS .....	28
4.4 GESTÃO DOCUMENTAL.....	28
4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	28
4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	30
4.7 GESTÃO DA ESTRATÉGIA .....	31
4.8 CONTROLE INTERNO .....	32
<b>5. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC .....</b>	<b>35</b>
<b>6. CORREGEDORIA.....</b>	<b>36</b>
<b>7. OUVIDORIA.....</b>	<b>38</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>40</b>

# 1. COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES

---

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

## 2. AÇÕES DE DESTAQUE NO ANO

---

### **SOCIEDADE**

- ✓ Realização do I Encontro de Orientações do TCEES, no qual representantes de 56 municípios atingidos pelas fortes chuvas, em dezembro de 2013, receberam as devidas informações técnicas.
- ✓ Realização do II Encontro de Orientações do TCEES, no qual participaram mais de 400 jurisdicionados, entre prefeitos, secretários de finanças, responsáveis pelo controle interno, contadores, assessores técnicos e servidores municipais, cujo objetivo foi apresentar as novas regras de envio da PCA, alteradas com a edição da Instrução Normativa 28/2013. Foram apresentadas também soluções para as principais dificuldades enfrentadas pelo usuário do Cidades-Web – sistema de remessa, por meio da internet, e de processamento de dados referentes à abertura do exercício e prestações de contas dos gestores.
- ✓ Aprovação do calendário para o exercício de 2014. Atendendo ao pleito dos advogados, os prazos processuais serão suspensos por um mês no fim do ano, de 20 de dezembro 2014 a 19 de janeiro de 2015.
- ✓ Realização de encontro técnico destinado a esclarecer o conteúdo da Instrução Normativa nº 31, que trata dos atos de pessoal;
- ✓ Realização de ações de conscientização por ocasião do movimento Outubro Rosa, em apoio à luta contra o câncer de mama e em parceria com a Afecc (Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer);
- ✓ Exposição para alunos da FDV – Faculdade de Direito de Vitória acerca do papel e competências deste Tribunal de Contas;
- ✓ Lançamento do Projeto Cidade Mais Acessível. A iniciativa tem como propósito oferecer aos jurisdicionados ferramentas para eliminação de barreiras físicas e comportamentais, favorecendo a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

### **RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS**

- ✓ Participação do TCEES no Encontro de Gestores Municipais promovido pela Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), no auditório da Federação das Indústrias (Findes). Um dos palestrantes do evento foi o conselheiro José Antônio Pimentel.
- ✓ Formalização de parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de conjugar esforços para aperfeiçoamento e a manutenção do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e de atos que possam caracterizar inelegibilidade de gestores públicos por um período de oito anos.

- ✓ *Participação em evento nacional realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo (CRC-ES), o SINCLASP – Simpósio Nacional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.*
- ✓ *Participação no XVI Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (Sinaop), realizado em Florianópolis/SC. O TCEES relatou sua experiência em alguns temas como qualidade e acessibilidade das obras públicas, irregularidades em obra rodoviária e obras paralisadas.*
- ✓ *Participação na 1ª Capacitação Internacional em SAI-PMF (Supreme Audit Institutions Performance Measurement Framework) desenvolvida pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), realizada pelo Banco Mundial no Tribunal de Contas de Minas Gerais.*
- ✓ *Apresentação do Coral de Contas, formado por servidores do TCEES, dentro das programações do projeto “TC em Canto na Cidade”. Foram realizadas apresentações em frente à Assembleia Legislativa, nos Terminais de Vila Velha e Laranjeiras, dentre outras apresentações diversas.*
- ✓ *Participação no IV Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, que teve o tema: “O papel dos TC’s frente às demandas sociais”. O Presidente do TCEES, conselheiro Domingos Taufner, foi um dos palestrantes do evento.*
- ✓ *Realização de evento “Governança Pública para o Desenvolvimento Nacional Sustentável – Edição Espírito Santo”, em cooperação com o Tribunal de Contas da União. Prefeitos, presidentes de câmaras municipais e gestores dos demais poderes estaduais foram apresentados à pesquisa de levantamento da governança pública nacional, a ser respondida pelos gestores públicos.*
- ✓ *Realização de evento em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade (CRC-ES). Foi realizada uma palestra e mesa redonda abordando os desafios da contabilidade do setor público. O público-alvo foi composto por profissionais de Contabilidade, controladores, professores e estudantes.*

## **GESTÃO ESTRATÉGICA**

- ✓ *Finalização dos projetos: “Novo portal do TCEES”, “Concurso público para analista administrativo” e “Implantar a Ouvidoria do TCEES”.*
- ✓ *Aprovação da criação do Núcleo de Jurisprudência e Súmula (NJS) deste Tribunal de Contas.*
- ✓ *Realização do curso Liderança para Resultados, conduzido pela empresa Dale Carnegie Training. O programa capacitou 90 servidores do TCEES e aconteceu em 8 encontros no período de setembro a novembro de 2014.*
- ✓ *Revisão do Plano Estratégico 2010-2015, ano 2015. Mais de 50 servidores participaram deste trabalho, que teve como foco priorizar os Objetivos Estratégicos para o ano 2015, definindo indicadores, metas e projetos prioritários.*

## **GESTÃO DE PESSOAS**

- ✓ Apresentação da palestra “Stress o jogo da vida”, proferida pelo médico Jorge Luiz de Miranda em evento do projeto “Saúde do Servidor”. O médico abordou o tema de maneira leve e envolveu os participantes ao falar do que ele chamou de “mal do século”.
- ✓ Realização dos Jogos Internos dos Servidores do TCEES. O evento contou com a participação especial do goleiro da seleção brasileira de Futebol de Areia, Jenilson Brito Rodrigues, o “Mão”, eleito pela Fifa o melhor goleiro e jogador da competição, em 2013. Mão emocionou os ouvintes com sua história de superação de vida através do esporte.
- ✓ Realização de palestra do projeto “Saúde do Servidor” com o tema Hipertensão. A palestra foi proferida pelo médico Jorge Miranda, que abordou as principais questões da doença, como diagnóstico precoce, fatores de riscos, consequências e precauções.
- ✓ Nomeação de todos os aprovados no concurso de Analista Administrativo, realizado em dezembro de 2013. Os aprovados, provenientes das áreas de Administração / Economia, Ciências Contábeis, Direito, Arquivologia, Arquitetura, Informática e Biblioteconomia, estão lotados nas diversas unidades operacionais do TCEES.
- ✓ Realização de exposição de fotografias de servidores do Tribunal de Contas, por ocasião do I Concurso de Fotografia desta corte. O tema central do concurso foi: “O Espírito Santo pelos olhos do servidor”.

## **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

- ✓ Publicação exclusivamente no Diário Eletrônico, desde o início de janeiro, dos atos do TCEES.
- ✓ Emissão, pela Internet, de Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares pelo TCEES. Por força de legislação estadual e municipal, desde 2012, pessoas nomeadas em cargos públicos devem apresentar a certidão para tomar posse, o que gerou um aumento na demanda ao Tribunal e a necessidade de modernização do processo.
- ✓ Disponibilização para consulta online de mais de 1.800 volumes de processo no Centro de Documentação (CDOC). Essa ação é resultado do projeto de Digitalização do Acervo que tem como objetivo empregar gradativamente o meio eletrônico, substituindo o papel impresso como matriz de documentos no Tribunal.
- ✓ Implantação do módulo de CI Eletrônica do e-TCEES, possibilitando um gerenciamento completo e informatizado do processo de envio, recebimento, localização e arquivamento das comunicações internas desta Corte.

## **ELEIÇÃO E POSSE**

- ✓ Posse do Procurador-geral de Contas Luis Henrique Anastácio da Silva ao cargo de procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para atuação no biênio 2014/2015, em sessão especial realizada no dia 11/03/14.
- ✓ Posse das novas diretorias da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Rui Barbosa (IRB), para o biênio 2014/2015, no dia 26/03/14, no

plenário do Tribunal de Contas da União (TCU). Na Atricon, o TCEES está sendo representado pelo conselheiro Carlos Ranna, eleito 2º Vice Presidente, e o conselheiro Rodrigo Chamoun, eleito como suplente. No IRB, o TCEES é representado pelo conselheiro Domingos Taufner, eleito 3º Vice Presidente.

## **OUTRAS AÇÕES**

- ✓ Definição, por sorteio realizado na sessão plenária do dia 28/01/14, do conselheiro José Antônio Pimentel como relator do processo que analisará a licitação na modalidade concorrência pública nº 006/2013, lançada pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), cujo objeto é a construção da ligação entre Vitória e Cariacica, compreendendo ponte (4ª), acesso e viaduto.
- ✓ Definição, também por sorteio realizado na sessão plenária do dia 28/01/14, do conselheiro Sérgio Aboudib como relator do processo que trata da concorrência nº 005/2013, da SETOP, que tem por objetivo a implantação do BRT.
- ✓ Indicação do conselheiro Sérgio Borges, durante sessão plenária realizada no dia 18/03/14, como relator das contas do Governo do Estado do Espírito Santo referente ao exercício de 2014. A definição seguiu critérios de antiguidade e rodízio.
- ✓ Realização de mais uma ação do projeto de Digitalização do Acervo do TCEES, que descartou mais de 1.500 processos do Centro de Documentação (CDOC), equivalendo a 1.750 quilos de papel.
- ✓ Realização de mais uma campanha Páscoa Solidária, que teve por objetivo arrecadar ovos de páscoa entre os servidores da Corte para doar a instituições que acolhem crianças e jovens carentes. Foram doados mais de 100 ovos de chocolate, beneficiando quatro instituições do município de Serra.
- ✓ Conclusão de relatório técnico inicial do contrato de concessão 001/1998 da Rodosol. Após a notificação e a citação, o TCEES deu publicidade ao relatório técnico e à Instrução Técnica Inicial (ITI), que estão disponíveis no Portal do TCEES para consulta.
- ✓ Assinatura de acordo de cooperação técnica em conjunto com instituições públicas do Estado para criação da Rede de Ouvidorias do Estado do Espírito Santo. O objetivo é integrar e fortalecer as ações das ouvidorias do Estado.
- ✓ Contribuição para o lançamento do Anuário Finanças dos Municípios Capixabas, ano 2014. O TCEES disponibilizou informações para a elaboração da revista e apresentou várias orientações aos prefeitos.
- ✓ Realização dos Jogos Internos dos Servidores do TCEES.
- ✓ Apresentações do Coral de Contas, formado por servidores do TCEES. No mês de dezembro foi realizada uma intensa programação visitando diversas instituições sociais como, por exemplo, o Asilo de Vitória e o Hospital Infantil.

### 3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

---

#### 3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS EM 2014

<i>Fiscalizações realizadas</i>	141
<i>Processos autuados no TCEES</i>	12.529
<i>Processos de pessoal do TCEES</i>	44
<i>Processos administrativos do TCEES</i>	408
<i>Processos de controle externo</i>	12.077
<i>Processos julgados ou apreciados conclusivamente</i>	8.623
<i>Atos de pessoal apreciados (sujeitos a registro)</i>	3.829
<i>Denúncias apreciadas</i>	106
<i>Denúncias consideradas procedentes</i>	14
<i>Pareceres prévios em apreciação de contas: prefeitos municipais e governador</i>	73
<i>Acórdãos proferidos</i>	1.286
<i>Acórdãos em julgamento de contas - Poderes</i>	92
<i>Acórdãos com contas julgadas irregulares</i>	56
<i>Acórdãos em atos de gestão</i>	65
<i>Acórdãos em atos de gestão - considerados irregulares</i>	17
<i>Recursos julgados ou apreciados</i>	135
<i>Recursos com provimento negado</i>	16
<i>Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais (R\$)</i>	89.641
<i>Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos (R\$)</i>	147.846
<i>Demandas atendidas pela Ouvidoria</i>	396

## 3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO

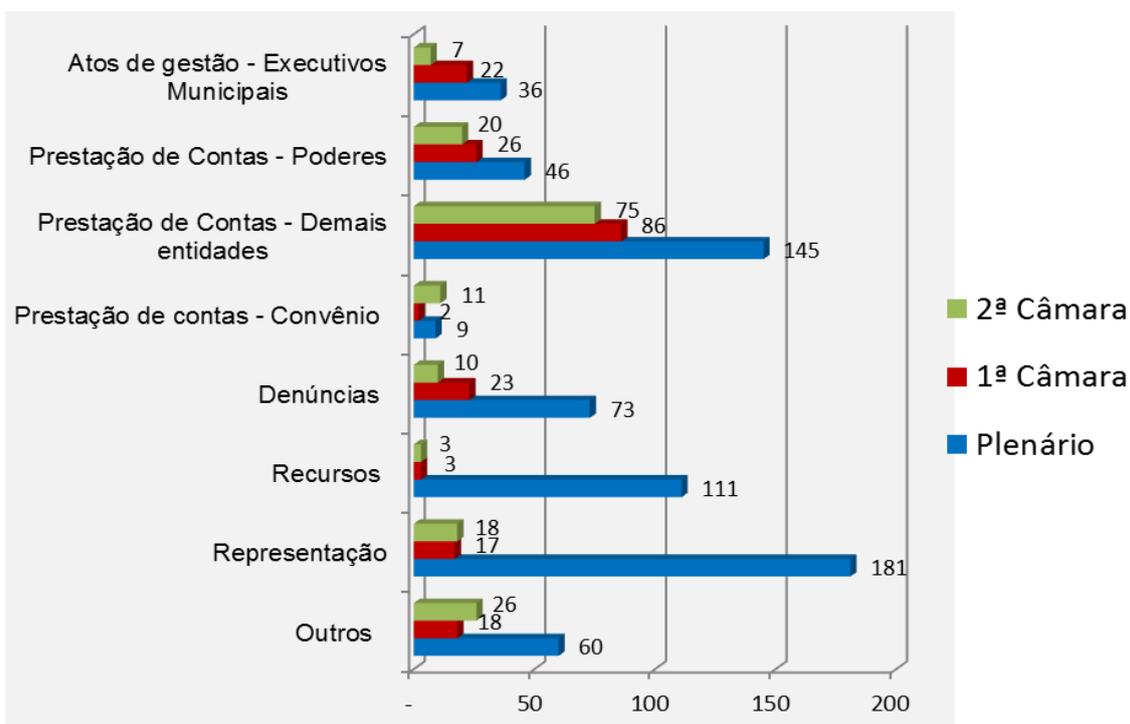
O Plenário é constituído por sete Conselheiros e dirigido pelo Conselheiro-Presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Sessões Plenárias	2013	2014
<b>Sessões plenárias</b>	<b>103</b>	<b>137</b>
Ordinária	89	131
Especial	2	2
Administrativa	12	4
<b>Processos em pauta</b>	<b>10.047</b>	<b>12.793</b>
<b>Processos julgados ou apreciados de forma conclusiva</b>	<b>6.543</b>	<b>8.623</b>
<b>Chamamentos relativos a processos</b>	<b>4.821</b>	<b>4.410</b>
Notificações	2.283	2.319
Citações	2.538	2.091

Atos do Plenário	2013	2014
Decisões	6.858	9.378
Acórdãos (*)	670	1.286
Pareceres prévios	73	91
Pareceres em consulta	34	19
Resoluções	14	17
Instruções normativas	1	5
<b>Total</b>	<b>7.650</b>	<b>10.796</b>

(\*) Quantidade de acórdãos, mesmo que tenham mais de uma decisão.

## JULGAMENTO CONCLUSIVO



Resultados dos Pareceres Prévios	2013	2014
<b>Prestação de Contas</b>	<b>56</b>	<b>73</b>
Parecer pela aprovação	23	37
Parecer pela aprovação com ressalva	13	27
Parecer pela rejeição	6	9
Reformular parecer - aprovação	-	-
Reformular parecer - rejeição	-	-
Contas iliquidáveis	-	-
Outros	14	-
<b>Recursos</b>	<b>17</b>	<b>18</b>
Negar provimento - aprovação	-	2
Negar provimento - rejeição	2	-
Provimento - reformular parecer - aprovação	10	10
Provimento - reformular parecer – aprovação com ressalva	2	2
Provimento - anular parecer	-	-
Provimento - reformular parecer - rejeição	-	1
Provimento parcial - rejeição	1	1
Provimento parcial - aprovação	-	1
Não conhecer	2	-
Negar seguimento - excluir atos de gestão - aprovação	-	-
Negar seguimento - reformular p/ excluir irregularidades - rejeição	-	-
Perda do objeto	-	-
Outros	-	1
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>91</b>

<b>Resultados dos Acórdãos</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>JULGAMENTO CONCLUSIVO</b>	<b>639</b>	<b>997</b>
<b>Atos de gestão – Executivos Municipais</b>	<b>24</b>	<b>65</b>
Regular	4	8
Regular com ressalva	6	3
Irregular	8	17
Saneado	-	1
Outros	6	36
<b>Prestação de Contas - Assembleia e Câmaras</b>	<b>72</b>	<b>92</b>
Regular	38	65
Regular com ressalva	20	12
Irregular	7	11
Saneado	7	2
Outros	-	2
<b>Prestação de Contas - Demais entidades</b>	<b>201</b>	<b>306</b>
Regular	136	229
Regular com ressalva	42	49
Irregular	12	15
Saneado	9	3
Outros	2	10
<b>Prestação de Contas - Convênio</b>	<b>2</b>	<b>22</b>
Regular	-	4
Regular com ressalva	-	-
Irregular	1	3
Saneado	-	-
Outros	1	15
<b>Denúncias</b>	<b>60</b>	<b>106</b>
Procedente	5	14
Parcialmente procedente	7	7
Improcedente	17	24
Saneado	3	2
Outros	28	59
<b>Recursos</b>	<b>146</b>	<b>117</b>
Provimento	47	29
Provimento parcial	24	12
Negado provimento	22	14
Saneado	25	7
Outros	28	55
<b>Representação</b>	<b>103</b>	<b>216</b>
Procedente	22	29
Parcialmente procedente	15	8
Improcedente	24	51
Saneado	1	1
Outros	41	127
<b>Outros assuntos</b>	<b>31</b>	<b>73</b>
Regular	1	9
Irregular	4	10
Improcedente	-	1
Saneado	1	3

Procedência	-	1
Regular com ressalva	5	3
Outros	20	46
<b>JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO</b>	<b>31</b>	<b>289</b>
Multa	9	1
Tornar insubsistente acórdão	-	-
Tornar sem efeito acórdão	-	-
Anular acórdão	-	-
Extinção da obrigação	-	-
Extinção sem julgamento de mérito	-	-
Outros	22	288
<b>Total</b>	<b>670</b>	<b>1.286</b>

<b>Resultado das Decisões</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Decisões conclusivas (Registro de pessoal)</b>	<b>5.797</b>	<b>7.514</b>
<b>Registro</b>	<b>5.797</b>	<b>7.514</b>
Admissão	2.664	3.667
Aposentadoria	2.060	3.029
Pensão	317	578
Reforma	79	90
Transferência para reserva	153	142
Revisão de proventos	461	3
Retificação de ato	30	4
Reexame de decisão	33	-
Outras	-	1
<b>Denegar registro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Demais decisões – não conclusivas</b>	<b>985</b>	<b>1.824</b>
Deferir parcelamento	18	4
Arquivar	290	451
Revelia	61	39
Quitação	1	1
Consulta - não conhecer	4	11
Apurar em auditoria (especial, extraord. ou ordinária)	-	-
Devolver à origem	25	22
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	1	-
Notificar / citar por edital	4	7
Alerta	253	278
Notificar para contra-razões	-	17
Instaurar Tomada de Contas / Especial	53	3
Determinar / recomendar a suspensão do certame (Cautelar)	3	1
Denúncia – receber / apurar	13	1
Outras	259	989
<b>Total</b>	<b>6.782</b>	<b>9.338</b>

Parecer em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
001	Câmara Municipal de Boa Esperança (Valdir Ramos Mattusoch)	Rendimentos de aplicações financeiras efetuadas pela câmara municipal pertencem à prefeitura municipal - obrigação de devolução pelo legislativo ao executivo sob pena de caracterizar apropriação indébita - contabilização pela prefeitura como receita patrimonial / receita de valores mobiliários - balanço financeiro - movimentação extra-orçamentária.
002	Prefeitura Municipal de Cariacica (Fernando Carlos Dilen da Silva e Geraldo Luzia de Oliveira Júnior)	Regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas - lei federal nº 11.977/2009 - interesse específico x interesse social - possibilidade da associação de moradores participar do processo com a elaboração do projeto de regularização, bem como de pedir o registro do parcelamento da área - todos os demais atos são de responsabilidade e competência do poder público - impossibilidade de transferência de recursos do município para qualquer dos legitimados do artigo 50, incisos i e ii, da lei 11.977/2009.
003	Prefeitura Municipal de João Neiva (Luiz Carlos Peruchi)	Cálculo das verbas remuneratórias devidas pela fazenda pública aos servidores públicos municipal - utilização dos índices previstos na legislação destacada neste parecer - necessidade de observar o prazo prescricional previsto no decreto lei nº 20.910/1932.
004	Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante (Dalton Perim)	Possibilidade de o município instituir, mediante lei, o diário oficial eletrônico - cumprimento das exigências das leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 - definição do diário oficial eletrônico como único meio oficial de publicação dos atos administrativos.
005	Prefeitura Municipal de Brejetuba (João do Carmo Dias)	Servidor público – teto remuneratório - limite acima do permitido pela constituição - possibilidade de reduzir o pagamento até o limite constitucional, que nos municípios, é o subsídio dos prefeitos municipais – excluídas as parcelas indenizatórias e abono de permanência.
006	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do ES (José Elias do Nascimento Marçal, Rafael Pina de Souza Freire e Márcia Aires Parente Cardoso de Alencar)	Gratificação concedida aos motoristas, em razão de sua natureza jurídica, deve integrar a remuneração – incorporação aos proventos, seja na regra atual, seja nas regras de transição.
007	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (José Elias do Nascimento Marçal)	Possibilidade de órgão do poder executivo estadual contratar os serviços de servidores públicos estaduais, mesmo quando vinculados a outros órgãos da própria administração direta, ou sejam servidores de entes autárquicos ou de outros órgãos autônomos - necessidade da contratação ser intuito personae.

008	Câmara Municipal de Guarapari (José Wanderlei Astori)	Necessidade de restituição integral pela câmara municipal da importância relativa a débito previdenciário sobre as contribuições de seus servidores, cujo pagamento vem sendo efetuado pelo executivo municipal, atualizada no(s) mesmo(s) índice(s) utilizado(s) na apuração da dívida - tal recomposição deverá ser efetuada na forma acordada entre os dois poderes, após o que se efetivará a baixa nos assentos contábeis da casa legislativa.
009	Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo (Tereza Maria Sepulcri Netto Casotti)	Competência tributária para cobrança do issqn sobre serviços não listados no rol do artigo 3º da lei complementar nº 116/2003 – o rol de serviços sobre os quais pode incidir issqn é taxativo – possibilidade de enquadrar serviços idênticos aos previstos na lei – em caso de previsão específica no artigo 3º da lc nº 116/2013, a competência será do local da prestação de serviços - caso contrário, a regra geral é de competência do município em que está localizado o estabelecimento prestador dos serviços.
010	Prefeitura Munic. de Colatina (Leonardo Deptulski)	Contratação de agência apenas para veiculação de spots, vts, jornais e revistas – impossibilidade de utilizar a modalidade pregão para tal contratação – licitação deve ocorrer nos moldes da lei nº 8.666/93 e lei nº 10.520/02.
011	Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá (Hilário Roepke)	1) compra de notebooks pela prefeitura municipal, através de licitação, e posterior doação aos professores municipais com ônus de despesa como gasto com educação – impossibilidade. 2) compra de notebooks pela prefeitura municipal, através de licitação, e posterior concessão de uso aos professores municipais com ônus de despesa como gasto com educação, nos termos do decreto estadual nº 1.110/2002-R – possibilidade.
012	Prefeitura Municipal de Baixo Guandu (Lastênio Luiz Cardoso)	A liquidação da despesa deve obedecer à forma estabelecida na lei n. 4.320/64, com a verificação de todos os elementos aptos a comprovar a efetiva prestação do serviço ou entrega do produto, restando à responsabilização dos agentes públicos envolvidos nas etapas da despesa, através de critérios de subjetividade, ou seja, na medida da sua culpabilidade.
013	Prefeitura Municipal de Alto Rio Novo	Acumulação de cargo efetivo de servidor público da administração direta municipal com mandato de vereador – possibilidade desde que haja compatibilidade de horários.
014	Câmara Municipal de Muqui (Eros Prúcoli)	Celebração de acordo entre a Câmara Municipal e o Ministério Público para o pagamento de astreinte (multa) decorrente de descumprimento de termo de ajustamento de conduta - possibilidade, em tese, ficando assente que não há campo de discricionariedade em relação à estipulação dos termos do suposto acordo, que deverá sempre se vincular ao atendimento do interesse público, visando à efetividade do tac e ao cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer. Impossibilidade absoluta de o ônus financeiro ser atribuído ao órgão ou ente público, eis que o agente é o responsável pelos atos que pratica no exercício da competência legal inerente a seu cargo ou mandato, de modo que qualquer estipulação em contrário, além de inconstitucional, não afastaria a incidência legal dessa responsabilização perante o tribunal de contas.
015	IPAS Serra (Alexandre Camilo Fernnades Viana)	Custeio de uniformes para servidores efetivos, comissionados e estagiários pelo poder público – despesa de interesse público - possibilidade – aquisição a ser feita mediante licitação – revogação do parecer-consulta tc-136/1994.

016	Câmara Municipal de Domingos Martins (Julio Maria dos Santos)	1) utilização de superávit financeiro do exercício anterior da câmara municipal para adquirir e construir sua sede ou para adquirir bens de consumo - possibilidade – 2) utilização de terreno da câmara municipal como parte do pagamento para aquisição de imóvel para suas instalações - possibilidade – 3) licitação na modalidade concorrência – 4) revogação do parecer em consulta tc-011/2002.
017	Câmara Municipal de Baixo Guandu (Pedro José Matias de Araujo)	Liquidação da despesa deve obedecer à forma estabelecida na lei nº 4.320/64, com a verificação de todos os elementos aptos a comprovar a efetiva prestação do serviço ou entrega do produto, restando a responsabilização dos agentes públicos envolvidos nas etapas da despesa, através de critérios de subjetividade, ou seja, na medida da sua culpabilidade - remeter ao consulente cópia deste parecer em consulta, bem como do parecer em consulta tc-034/2013.
018	Câmara Municipal de Baixo Guandu (Pedro José Matias de Araujo)	Serviços de contabilidade - as atividades de natureza contábil devem ser mantidas concentradas em um único setor - a responsabilidade para o cumprimento de tais serviços deve ser do contador e de seus auxiliares lotados na unidade correspondente.

Resoluções		
Nº	Ementa	Data da publicação
267	Prorroga a escala individual de horário de trabalho e o regime de transição, concedidos com base nos artigos 3º, § 2º e 21, ambos da Resolução TC nº 251, de 20 de dezembro de 2012.	28/01/14
268	Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	18/03/14
269	Dá nova redação ao § 2º do artigo 4º da Resolução TC nº 245, de 24 de julho de 012, que dispõe sobre o Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas – GEO-BRAS ES e estabelece procedimentos de cadastramento e acompanhamento de obras e serviços de engenharia, executados pelas unidades gestoras estaduais e municipais e dá outras providências.	18/03/14
270	Altera os artigos 8º e 9º, da Resolução TC nº 193/2003 e os §§ 3º e 5º do artigo 11 da Resolução TC nº 185/2003.	18/03/14
271	Prorroga o regime de transição concedido com base no artigo 21 da Resolução TC nº 251, de 20 de dezembro de 2012.	18/03/14
272	Altera prazos estabelecidos na Resolução TC nº 247/2012 alterada pelas Resoluções TC nº 256/2013 e 259/2013.	29/04/14
273	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados na análise técnica das tomadas ou prestações de contas anuais apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.	27/05/14
274	Aprova a estrutura e regulamenta a organização e o funcionamento da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	27/05/14
275	Estabelece procedimentos e critérios para elaboração e envio da relação de responsáveis cujas contas houverem recebido parecer prévio pela rejeição ou julgadas irregulares à Justiça Eleitoral e ao Ministério Público Eleitoral.	10/06/14

276	Altera o Anexo Único da Resolução TC nº 240, de 29 de maio de 2012.	02/09/14
277	Dispõe sobre a prorrogação do prazo da licença maternidade às servidoras gestantes do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES, ocupantes de cargos de provimento em comissão, tendo em conta a previsão constante do artigo 2.º da Lei n.º 11.770/2008.	09/09/14
278	Disciplina a verificação, por meio de monitoramento, do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCEES e dos resultados delas advindos.	04/11/14
279	Disciplina a realização de levantamentos, nos termos do Anexo desta Resolução, a serem utilizados pelo Tribunal na condução da fiscalização prevista no art. 191 do Regimento Interno.	04/11/14
280	Altera o artigo 1º e o cronograma de implementação das novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, instituídos pela Resolução TC 242/2012, altera os artigos 1º e 2º da Resolução TC 221/2010, e dá outras providências.	18/11/14
281	Altera o artigo 9º da Resolução TC 273/2014, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados na análise técnica das tomadas ou prestações de contas anuais apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.	18/11/14
282	Altera a Resolução TC Nº 247/2012 e seus Anexos A e B (sistema CIDADES-WEB), e dá outras providências.	18/11/14
283	Institui a Política de Acessibilidade no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	16/12/14
<b>Total</b>		<b>17</b>

### 3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo a serem realizadas pelo TCEES, sejam de iniciativa externa (denúncias, representações etc) ou de iniciativa própria, estão discriminadas no seu Plano Anual de Fiscalização (PAF), que é um instrumento de planejamento das ações de fiscalização do Tribunal de Contas, elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo – Segex e aprovado em Plenário. É importante destacar que o PAF não é um plano estático, pois ele pode ser alterado conforme estabelecem os artigos 197, §6º e 198, do Regimento Interno do TCEES.

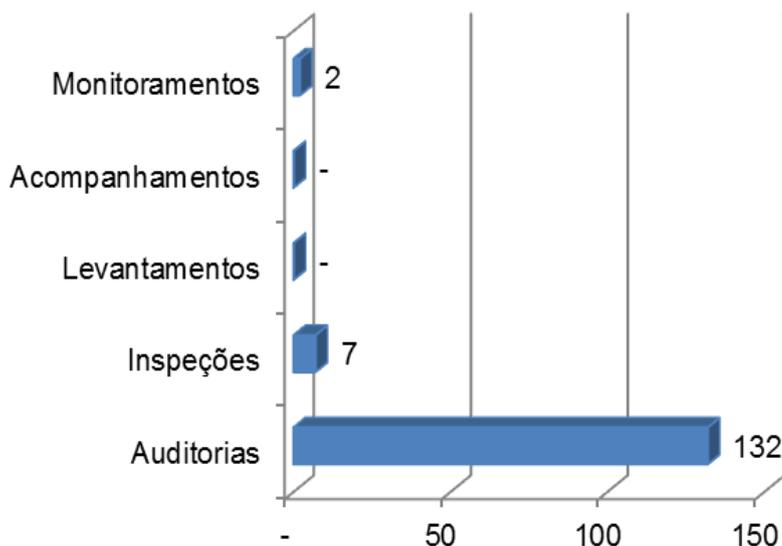
Resumidamente, o PAF do ano de 2014 realizou procedimentos de controle externo no período de fevereiro a novembro, contemplando:

- A realização de 83 (oitenta e três) fiscalizações de iniciativa própria, definidas com base em critérios de materialidade, relevância e risco; e

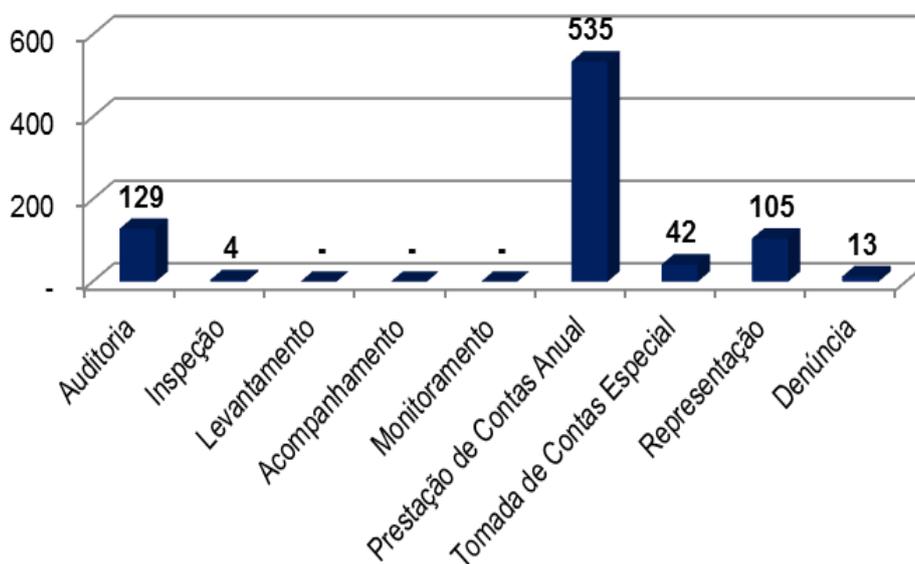
- A realização de 14 (quatorze) ações de controle externo originadas de iniciativa externa.

O procedimento de auditoria, principal instrumento de fiscalização utilizado nas ações de controle externo, é composto por três etapas: o planejamento, a execução in loco e a elaboração do relatório, etapas essas precedidas pela elaboração de um Plano de Fiscalização específico.

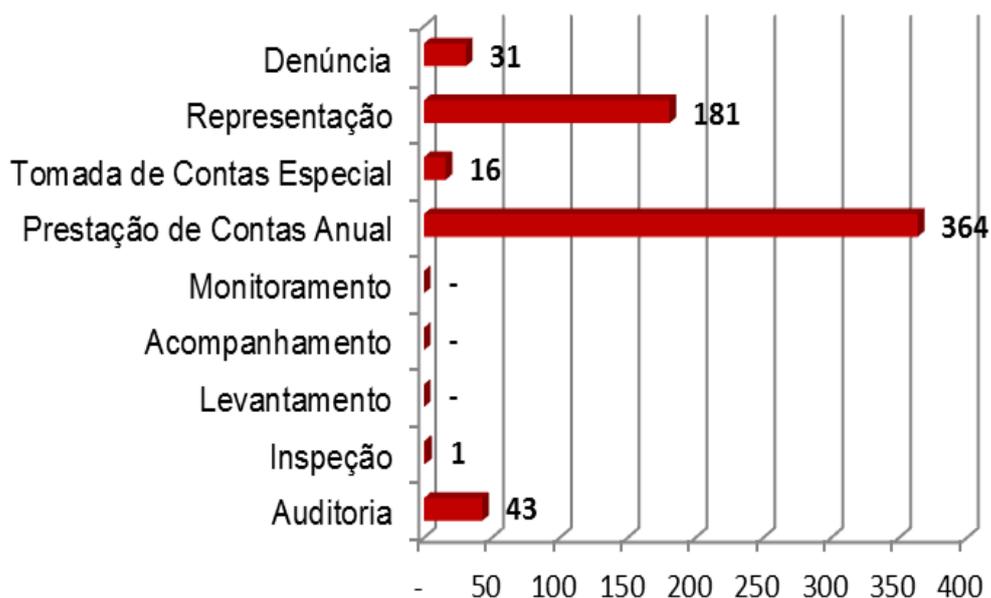
### Fiscalizações



### Instruções Técnicas Iniciais



## Instruções Técnicas Conclusivas



<b>ATOS SUJEITOS A REGISTRO</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Atos concessórios (aposentadoria, pensão, reserva e reforma)	4.937	5.709
Atos admissionais	7.452	5.335
Outros	182	97
<b>Total</b>	<b>12.571</b>	<b>11.141</b>

<b>ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Prestações de contas bimestrais (PCB)	204	812
Relatórios da LRF analisados	532	445
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	270	462
Instruções preliminares em representações	297	105
<b>Instruções técnicas conclusivas (ITC)</b>	<b>869</b>	<b>636</b>
de auditorias	241	43
de prestação de contas anual (PCA)	383	364
de outros processos	245	229

<b>RECURSO, REVISÃO E CONSULTA</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Orientação Técnica de Consulta	99	48
Instrução Técnica de Recurso	104	168
Instrução Técnica de Revisão	-	-
Instrução Técnica de Defesa	-	-
Instrução Técnica em Estudos de Casos Especiais	-	6
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>222</b>

<b>OUTRAS INSTRUÇÕES E MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
RREO	286	187
RGF	242	198
PPA	-	22
LDO	2	18
LOA	2	20
Prestações de Contas Bimestrais	204	812
Análise de Edital	28	-
Comunicação de Tomada de Contas Especial	11	29
Instrução Preliminar - Medidas Cautelares	64	200
Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal – ITMF	17	15
Manifestação Técnica de Chefia	-	58
Manifestação Técnica de Defesa	9	22
Manifestação Técnica de Recurso e de Revisão	20	8
Manifestação Técnica em Defesa Oral		29
Outras	2023	1.480
<b>Total</b>	<b>2.023</b>	<b>3.098</b>

### 3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS

Portaria N Nº	Comissão instituída	Data de publicação no DOE
08	Comissão Técnica responsável pela elaboração da minuta do normativo que regulamentará os procedimentos padrões para o monitoramento das decisões dessa Corte de Contas, em conformidade com o previsto no artigo 187 do Regimento Interno do TCEES.	07/02/14
09	Comissão Técnica responsável pela elaboração da minuta da instrução normativa que regulamentará a remessa e apreciação dos processos de pessoal enviados ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	18/02/14
14	Comissão Técnica responsável por conferir as informações contidas na Folha de Pagamento, rever procedimentos e solicitar informações a respeito de cálculos.	25/02/14
24	Comissão Técnica responsável pela elaboração da minuta do normativo que regulamentará os procedimentos padrões de levantamento, em conformidade com o previsto no artigo 187 do Regimento Interno do TCEES.	25/04/14
27	Comissão Técnica responsável pela elaboração da minuta do normativo que regulamentará os procedimentos para aquisição de bens, serviços, obras e serviços de engenharia, mediante licitação, dispensa e inexigibilidade no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	26/05/14
32	Comissão para Elaboração do Projeto de Política de Acessibilidade do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	04/08/14
35	Comissão Técnica para Elaboração do Projeto Normativo para Implantação da sistematização e divulgação da jurisprudência e sumularização das deliberações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	21/08/14
36	Comissão Técnica responsável pela análise das demonstrações contábeis, das demais peças da Prestação de Contas Anual e de eventuais relatórios resultantes de procedimentos fiscalizatórios sob a responsabilidade do Governador do Estado do Espírito Santo, referente ao exercício financeiro de 2014.	29/08/14
37	Aprovar realização de Projeto denominado “Elaborar Manual de Auditoria” e designa servidores para comporem a Equipe do Projeto.	09/09/14
46	Instituir Comissão de Inventário de Bens de Consumo estocados no almoxarifado do TCEES.	13/11/14
47	Instituir Comissão de Inventário de Bens Móveis do TCEES.	13/11/14

## 4. ATIVIDADES DE GESTÃO

---

### 4.1 GESTÃO DE PESSOAS

O quadro geral de ocupação do TCEES está distribuído conforme tabelas abaixo:

Cargo	Ocupados	Disponíveis	Total
<b>Conselheiro</b>	<b>7</b>	-	<b>7</b>
<b>Auditor</b>	<b>4</b>	-	<b>4</b>
<b>Procurador Especial de Contas</b>	<b>3</b>	-	<b>3</b>
<b>Cargos efetivos</b>	<b>290</b>	-	<b>290</b>
Auditor de Controle Externo	236	-	236
Assistente Técnico	15	-	15
Auxiliar de Serviços	17	-	17
Analista Administrativo	22	-	22
<b>Cargos de Gabinete</b>	<b>68</b>	<b>9</b>	<b>77</b>
<b>Cargos comissionados</b>	<b>188</b>	<b>1</b>	<b>189</b>
Chefias	26	-	26
Assessoramento	162	1	163
<b>Total</b>	<b>560</b>	<b>10</b>	<b>570</b>

Estabilizados	<b>15</b>
Efetivos do TCEES ocupando cargo comissionado	<b>36</b>
Efetivos de outros órgãos ocupando cargo comissionado	<b>10</b>
Estagiários de Nível superior	<b>60</b>
Estagiários de Nível médio	<b>38</b>

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Pessoas estão disponíveis no portal [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br), na sessão Transparência, Gestão de Pessoas.

## GESTÃO DO CONHECIMENTO

Resultados da capacitação	2013	2014
<b>Eventos</b>	<b>209</b>	<b>191</b>
Eventos para servidores do TCEES	114	159
Interno (promovido pelo TCEES)	29	60
Externo (promovido por outras instituições)	45	66
Iniciativa do servidor	6	10
Outros eventos	34	23
Eventos para jurisdicionados TCEES	95	32
<b>Pessoas capacitadas</b>	<b>5.082</b>	<b>4.384</b>
Servidores e membros do TCEES	1.211	1.791
Jurisdicionados	3.871	2.593
<b>Horas de capacitação</b>	<b>52.346</b>	<b>42.786</b>
Servidores e membros do TCEES	21.176	22.423
Jurisdicionados	31.170	20.363

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com **20.923 itens**, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.

### 4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do TCEES para o exercício de 2014 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 134.662.059,00, sendo R\$ 134.632.059,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 30.000,00 de recursos vinculados do tesouro referente a convênio com a União.

No decorrer do 4º trimestre foram feitos dois créditos suplementares com reflexos no orçamento: 1) Decreto nº2432-S, de 17/11/14 (DOE – 18/11/14), no valor de R\$ 5.500.000, proveniente de superávit financeiro do TCEES ; 2)Decreto nº 2720-S, de 15/12/14 (DOE – 16/12/14), no valor de R\$ 10.304.279,00, sendo R\$ 3.700.000,00 de superávit financeiro do TCEES e R\$ 6.604.279,00 de superávit financeiro do Poder Executivo. A dotação atualizada passou para R\$ 150.466.338.00.

(valores em R\$)

Grupo de natureza da despesa	Dotação Inicial	Dotação atualizada <sup>(1)</sup>	Empenhado <sup>(1)</sup>	Liquidado <sup>(1)</sup>	Pago <sup>(1)</sup>
<b>Despesas correntes</b>	<b>131.610.179,00</b>	<b>147.914.458,00</b>	<b>120.882.933,23</b>	<b>119.339.768,14</b>	<b>119.054.362,46</b>
<b>Pessoal</b>	<b>112.068.642,00</b>	<b>128.879.701,00</b>	<b>105.083.327,66</b>	<b>104.613.935,39</b>	<b>104.328.529,71</b>
Pessoal - Ativo	96.068.642,00	106.275.422,00	105.083.327,66	104.613.935,39	104.328.529,71
Pessoal - Inativo <sup>(2)</sup>	16.000.000,00	22.604.279,00	-	-	-
<b>Outras despesas correntes (custeio)</b>	<b>19.541.537,00</b>	<b>19.034.757,00</b>	<b>15.799.605,57</b>	<b>14.725.832,75</b>	<b>14.725.832,75</b>
<b>Despesa de capital (investimento)</b>	<b>3.051.880,00</b>	<b>2.551.880,00</b>	<b>1.780.106,06</b>	<b>1.128.881,36</b>	<b>1.128.881,36</b>
<b>Total Geral</b>	<b>134.662.059,00</b>	<b>150.466.338,00</b>	<b>122.663.039,29</b>	<b>120.468.649,50</b>	<b>120.183.243,82</b>
<b>Total Disponível <sup>(3)</sup></b>	<b>118.662.059,00</b>	<b>127.862.059,00</b>			

<sup>(1)</sup> Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

<sup>(2)</sup> Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento art. 10 da Lei nº 10.164/14 (LOA).

<sup>(3)</sup> Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

Informações mais detalhadas sobre as despesas realizadas estão disponíveis no portal [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br), na sessão Transparência, Execução Orçamentária e Financeira.

## LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, disponível no portal [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br).

(valores em R\$)

Descrição	janeiro a dezembro/2014
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	96.389.870,19
Receita Corrente Líquida – R\$	11.798.288.649,28
Limite apurado – %	0,817
Limite máximo – 1,300 %	153.377.752,44
Limite prudencial – 1,235 %	145.708.864,82
Limite de alerta – 1,170 %	138.039.977,20

Fonte: RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

### 4.3 SERVIÇOS GERAIS

A obra de reforma do edifício sede do TCEES, iniciada em março de 2013, foi encerrada em setembro de 2014. A Dual Engenharia concluiu as correções solicitadas no recebimento provisório. Demais atividades do 4º trimestre:

- Conclusão do projeto arquitetônico de modificação dos banheiros e vestiário;
- Elaboração de termo de referência para contratação do projeto estrutural da modificação do banheiro para pessoas com deficiência e para reforma dos elevadores;
- Manutenção dos aparelhos de ar condicionado, elevadores e outros pequenos reparos nas instalações do TCEES.

### 4.4 GESTÃO DOCUMENTAL

Controle documental	2013	2014
<b>Correspondências expedidas</b>	<b>15.240</b>	<b>20.006</b>
<b>Correspondências recebidas</b>	<b>18.643</b>	<b>18.091</b>
<b>Nº de processos autuados</b>	<b>10.178</b>	<b>12.529</b>
Processos de Pessoal do TCEES	64	44
Processos Administrativos do TCEES	417	408
Processos de Controle Externo	9.697	12.077

### 4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional do TCEES tem como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do Tribunal e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

<b>Canais de comunicação externa</b>	
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço <a href="http://www.tce.es.gov.br">www.tce.es.gov.br</a> .
Informativo Acontece	Boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais (curso de Direito e Administração), jornalistas, órgãos representantes dos Tribunais e servidores do TCEES.
Responsabilidade Social	“Ética e transparência” e “Responsabilidade Sustentável” são valores preconizados pelo TCEES. Com gestão ética e transparente, a instituição tem diversas iniciativas que reforçam seu compromisso com uma sociedade mais justa: apresentações diversas do Coral de Contas - formados por servidores da casa – em instituições filantrópicas e terminais rodoviários da Grande Vitória; campanhas solidárias e empréstimo do auditório da Escola de Contas Públicas (ECP).

<b>Canais de comunicação interna</b>	
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.
Na Sessão	Informativo online, enviado semanalmente, por email, aos servidores do TCEES, com o resumo dos processos julgados/apreciados em Plenário.
Notícias no Ponto	Jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

<b>Principais atividades de comunicação</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Atendimentos a jornalistas	382	410
Jornalistas recebidos no TCEES	258	251
Entrevistas coletivas	3	1
Releases enviados à imprensa	316	177
Edições do "Na Sessão"	44	39
Publicações especiais	-	3
Textos institucionais elaborados	15	13
Remessa do Informativo Acontece	8.000	8.000
Notícias inseridas no Portal TCEES	403	177
Notícias inseridas na Intranet	53	77
Campanhas internas realizadas	11	19
Campanhas solidárias realizadas	2	10
Diário oficial eletrônico	81	240

## 4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Atividades e números relacionados à área de tecnologia de informação deste Tribunal:

<b>Evolução da Tecnologia da Informação</b>	<b>2013*</b>	<b>2014*</b>
Estações de trabalho	590	715
Servidores com acesso aos recursos da rede	570	649
Auditorias com participação da área de informática	10	3
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	4	3
Sistemas em funcionamento	34	34
Desenvolvidos pela STI	22	23
Adquiridos de terceiros	12	11

(\*) Valores acumulados até o período.

A gestão da tecnologia da informação no TCEES é realizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) à qual compete a manutenção dos sistemas informatizados e dos equipamentos das unidades do Tribunal, o desenvolvimento, o auxílio na instrução de contratações e a implantação dos sistemas de tecnologia da informação. Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do Tribunal, destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

<b>Sistemas de suporte ao controle externo</b>	<b>Descrição</b>
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo - CIDADES-WEB	Sistema de remessa ao TCEES, por meio da internet, dos dados da abertura do exercício, da prestação de contas bimestral e informações adicionais das entidades municipais da administração direta e indireta regidas pela Lei Federal nº 4.320/64.
Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas – GEO-OBAS	Sistema de informações geográficas que visa receber os dados referentes à execução físico-financeira das obras públicas executadas em todos os órgãos das esferas estadual e municipais.

Módulo de Monitoramento de Decisões do e-TCEES	Sistema que permitirá à área técnica do TCEES a verificação, por meio de monitoramento, do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCEES e dos resultados delas advindos.
Banco de Achados	Sistema que disponibiliza aos auditores do TCEES a consulta e o cadastramento de informações e artigos atinentes a cada achado de auditoria (critério, texto para o relatório de auditoria, possíveis recomendações e determinações, posicionamento técnico conclusivo, entendimento do plenário e das câmaras do TCEES, de outros Tribunais, e entendimentos doutrinários).

## 4.7 GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Destacam-se abaixo, as principais atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos, no ano de 2014:

- Participação nas reuniões de planejamento, realizadas na Presidência;
- Definição dos projetos prioritários na gestão 2014/2015;
- Consolidação das informações enviadas pelas unidades do TCEES, para elaboração dos relatórios de atividades (trimestrais e anual);
- Acompanhamento dos projetos na plataforma Channel;
- Atualização das planilhas a serem utilizadas pelas unidades do TCEES, na elaboração da proposta orçamentária 2015;
- Atualização da minuta da Norma Interna do Orçamento;
- Levantamento de informações e elaboração da proposta de suplementação orçamentária do TCEES, exercício 2014;
- Levantamento de informações e planejamento do evento de Construção do Planejamento Estratégico de 2015;
- Realização do evento de Revisão do Plano Estratégico 2010-2015 – ano 2015;
- Coordenação do processo de construção e de alterações na proposta orçamentária para o ano de 2015 (Projeto “Orçamento 2015” – Portaria N nº 028/2014);
- Participação no Seminário “Os Tribunais de Contas e o desafio da qualidade e agilidade do controle externo”, realizado pela ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, na sede do Tribunal de Contas da União, em Brasília (DF).

Projetos iniciados em 2014			
Mês	Projeto	Portaria	Descrição
Abril	Processo Eletrônico	-	- Sistema que permitirá o trâmite e gerenciamento de processos totalmente contidos em mídia digital, garantindo a autenticidade dos documentos gerenciados, bem como fornecendo facilidades de trabalho (manuseio/análise) dos processos então virtualizados.
Junho	Orçamento 2015	Portaria N nº 028/14, DOE 13/06/14	- Elaborar a proposta orçamentária anual do TCEES para o exercício de 2015.

Projetos encerrados em 2014			
Mês	Projeto	Data	Descrição
Março	Novo portal do TCEES	12/03/14	- Desenvolver um novo portal para o TCEES.
	Concurso público para analista administrativo	13/03/14	- Realizar concurso público de provas e títulos, por meio da contratação de instituição de notório reconhecimento nacional, para provimento dos cargos efetivos de Analista Administrativo.
	Implantar a Ouvidoria do TCEES	14/03/14	- Implantação da Ouvidoria do TCEES.
Junho	Elaborar projeto de engenharia para a construção do anexo do TCEES	26/06/14	- Desenvolver um programa de necessidades completo para a nova sede do TCEES.

## 4.8 CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI), instituído por meio da Resolução TC N.º 223/2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, a qual compete o planejamento, a coordenação e a execução das ações relacionadas ao controle interno do TCEES.

Em 2014 destacamos como principais ações do NCI:

- ✓ Acompanhamento e orientação dos trabalhos das unidades setoriais na elaboração dos sistemas administrativos previstos no plano de ação de implementação do Sistema de Controle Interno.
  - ✓ Revisão do Plano de Ação para Implantação do Sistema de Controle Interno no âmbito do TCEES.
  - ✓ Avaliação da Prestação de Contas do Presidente do TCEES.
  - ✓ Avaliação do Relatório de Gestão Fiscal;
  - ✓ Atendimento de consultas realizadas pelos jurisdicionados municipais.
  - ✓ Consolidação da nova Resolução que normatiza Suprimento de Fundos.
  - ✓ Realização, em conjunto com a Escola de Contas Públicas, do curso “Mapeamento de Processos - Compreensão e Modelagem de Processos”, com objetivo de capacitar os participantes a identificar, mapear, detalhar e modelar processos em conformidade com a metodologia BPM (Business Process Management), segundo padronizações definidas pela ABPMP (Association of Business Process Management Professionals) e manusear a ferramenta Bizagi Process Modeler a fim de modelar processos, estruturar fluxogramas padronizados, detalhar atividades e processos e publicá-los através desse sistema. Foram capacitados 27 servidores.
- 
- Participação em Conselhos/Grupos de trabalho, conferências e treinamentos:
    - ✓ Curso de Auditoria Governamental;
    - ✓ Curso de Oratória – A Arte de Falar em Público;
    - ✓ Grupo de trabalho de desenvolvimento do novo Sistema de Processo Eletrônico – E-TCEES;
    - ✓ Participação no Curso do SIGEFES;
    - ✓ Participação no Curso de Certificação Digital;
    - ✓ Participação no grupo de trabalho de desenvolvimento do novo Sistema de Processo Eletrônico – E-TCEES;
    - ✓ Participação na Comissão do NBCCasp TCEES - Sistema de Custos;
    - ✓ Participação na elaboração da Instrução Normativa relativa a Tomada de Contas Especial;
    - ✓ Participação de Reuniões do Conselho Estadual do Controle Interno – CECI;
    - ✓ Participação de Reuniões do Conselho Estadual de Transparência Pública e Combate à Corrupção;
    - ✓ Participação do Curso do Extrator de dados Flexivision;

- ✓ Participação no Grupo de Trabalho de preenchimento do questionário da pesquisa sobre Governança no setor Público, realizada pelo TCEES em parceria com o TCU e o Instituto Rui Barbosa (IRB);
  - ✓ Participação no Curso de Mapeamento de Processos.
- Participação em reuniões com os jurisdicionados para implantação dos sistemas de controle interno, previsto na Resolução TC 227/2011:
- ✓ 1º Trimestre: Câmara de Baixo Guandu, Câmara de Anchieta, Câmara de Pinheiros, Prefeitura de Piúma, Câmara de Presidente Kennedy, Prefeitura de Viana, Prefeitura de Águia Branca;
  - ✓ 2º Trimestre: Câmara de Anchieta;
  - ✓ 3º Trimestre: Prefeitura de Marilândia, Prefeitura de Alegre, Prefeitura de Ecoporanga, Câmara de Ecoporanga;
  - ✓ 4º Trimestre: Prefeitura de Marilândia, Prefeitura de Alegre, Prefeitura de Baixo Guandu, Prefeitura de Ecoporanga, Prefeitura de Santa Teresa, Prefeitura de São Roque do Canaã, Câmara Municipal de Ecoporanga, Câmara Municipal de Itarana, Câmara Municipal de Laranja da Terra, Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb).

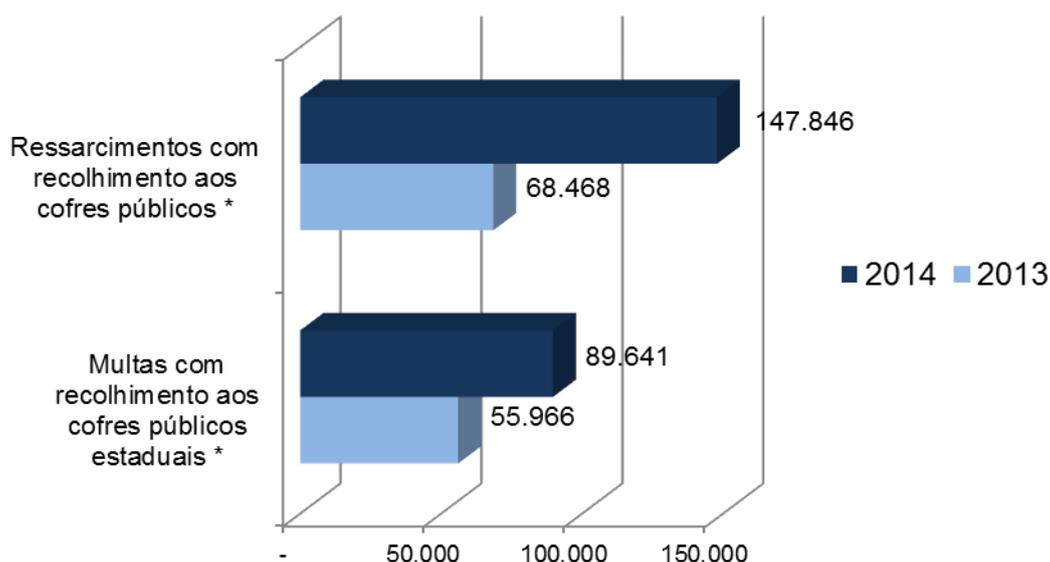
## 5. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Atividades	2013	2014
Processos distribuídos	9.858	12.558
Pareceres emitidos	8.690	12.638
Termos de atualização de valores a cobrar	24	132
Termos de verificação de valores pagos	27	48
Novas cobranças cadastradas no sistema	32	109

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	2013	2014
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais *	55.966,06	89.640,58
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos *	68.467,62	147.845,56
<b>Total</b>	<b>124.433,68</b>	<b>237.486,14</b>

\* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.



## 6. CORREGEDORIA

---

A Corregedoria do Tribunal de Contas, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor o Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (biênio 2014/2015).

No ano de 2014 foram realizadas reuniões ordinárias do Corregedor com a Equipe da Corregedoria, para tratar de assuntos internos e rotinas do setor. No mês de novembro, foi realizado o evento de lançamento do *Projeto Cidade Mais Acessível*, em parceria com a Escola de Contas.

Em atendimento ao art. 22 do Regimento Interno desta Corte de Contas (aprovado pela Resolução TC Nº 261/2013), a Corregedoria Geral procedeu ao processamento dos procedimentos disciplinares listados a seguir:

Nº Processo	Assunto	Entrada	Situação
3370/2008	Pessoal administrativo disciplinar processo	04/02/2011	Encaminhado a Comissão de PAD
3050/2011	Denúncia	25/05/2011	Encaminhado a Comissão de PAD
5486/2012	Fornecimento Informação	16/08/2012	Encaminhado a Comissão de PAD
5158/2013	Pessoal Sindicância	26/06/2013	Encaminhado a Comissão de PAD
192/2012	Representação	02/01/2012	Encaminhado a 1ª SAD
4067/2011	Representação	22/06/2011	Encaminhado ao GAP
87/2012	Reclamação	05/01/2012	Encaminhado ao GAP
193/2012	Representação	13/01/2012	Encaminhado ao NCD
6628/2012	Encaminhamento	19/10/2012	Encaminhado a 3ª SAD
350/2014	Recurso Inominado	17/01/2014	Encaminhado ao GAP
122/2012	Representação	09/01/2012	Encaminhado ao Arquivo
5485/2012	Requerimento	16/08/2012	Encaminhado ao Arquivo
6810/2010	Solicitação Análise Técnica	03/08/2010	Encaminhado ao Arquivo
8425/2013	Consulta Comissão de Ética	31/10/2013	Encaminhado ao Arquivo
9505/2013	Consulta Comissão de Ética	02/12/2013	Encaminhado ao Arquivo

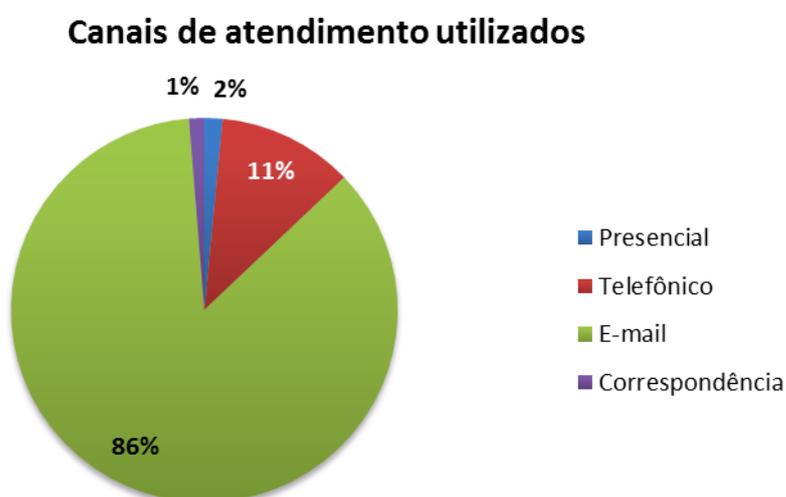
9037/2013	Representação	03/07/2013	Encaminhado ao Arquivo
9105/2013	Representação	22/11/0213	Encaminhado ao Arquivo
372/2014	Consulta	21/01/2014	Encaminhado ao Arquivo
6212/2013	Representação	13/08/2013	Encaminhado ao Arquivo
9060/2013	Pessoal Procedimento Administrativo	19/11/2013	Encaminhado ao Arquivo
2757/2014	Representação	10/04/2014	Encaminhado ao Arquivo
2758/2014	Representação	10/04/2014	Encaminhado ao Arquivo
10183/2013	Comissão Técnica	21/10/2014	Encaminhado ao Gabinete da Presidência
8184/2014	Baixa Patrimonial	21/10/2014	Encaminhado ao Gabinete da Presidência
8883/2014	Pessoal Sindicância	03/11/2014	Encaminhado ao Gabinete da Presidência
3752/2014	Pessoal Sindicância	09/10/2014	Encaminhado ao Gabinete da Presidência

## 7. OUVIDORIA

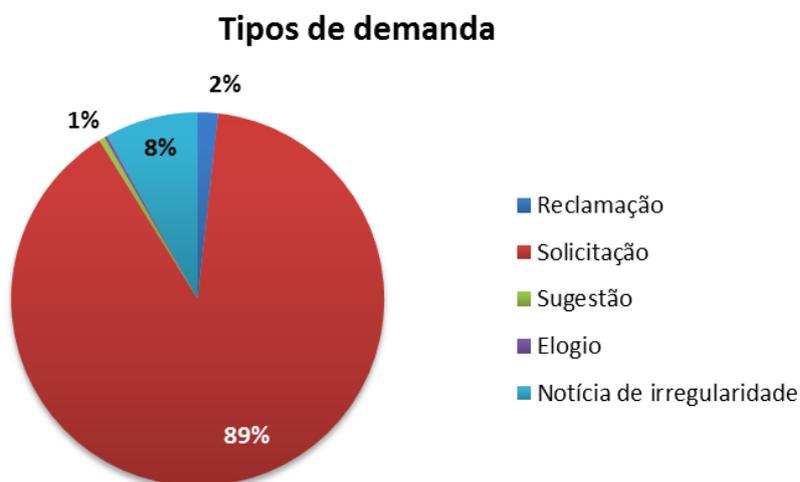
---

A Ouvidoria, prevista no art. 7º do Regimento Interno desta Corte de Contas, tem como Ouvidor o Sr. Conselheiro José Antônio Pimentel.

No ano de 2014, a Ouvidoria do TCEES recebeu o total de 396 demandas, provenientes de entidades jurisdicionadas, servidores e demais cidadãos como um todo. O canal mais utilizado pela população para envio de suas manifestações foi o e-mail, conforme informa o gráfico abaixo:



As demandas de ouvidoria estão classificadas em cinco tipologias diferentes: reclamação, solicitação, sugestão, elogio e notícia de irregularidade. Entre esses cinco tipos, a "Solicitação" foi a mais utilizada:

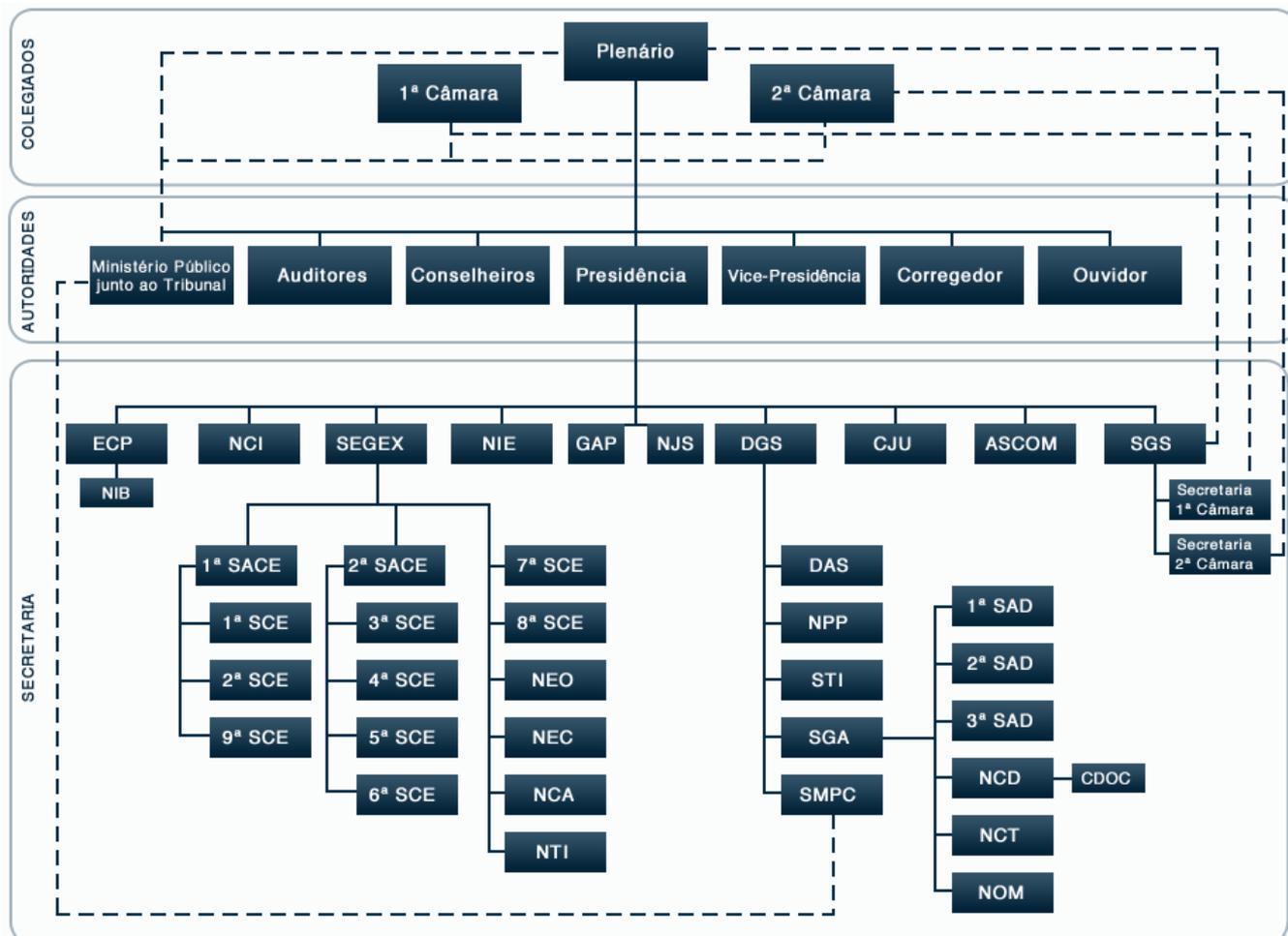


#### Principais ações de 2014:

- Celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Contas e entidades que compõe a primeira Rede de Ouvidorias Públicas do Estado do Espírito Santo. O objetivo da iniciativa é o intercâmbio de informações, a cooperação técnico-científica, a articulação de esforços, a formação de parcerias estratégica e a definição de diretrizes comuns.
- Aprovação, em Plenário, da Resolução TC nº 274, que regulamenta a estrutura, a organização e o funcionamento da Ouvidoria desta Corte. O texto foi publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas (<http://diario.tce.es.gov.br/>) no dia 29 de maio. Em seu texto, estão disciplinadas as formas de acesso aos serviços da Ouvidoria, a tramitação das demandas e os procedimentos a serem adotados em cada uma das tipologias existentes.
- Entre os dias 4 e 6 de agosto, a Ouvidoria participou do XIII Encontro do Colégio dos Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas, evento que ocorreu simultaneamente ao IV Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, em Fortaleza-CE. Na oportunidade, os representantes das ouvidorias participantes puderam trocar experiências e aprimorar seus conhecimentos, objetivando melhorar a qualidade dos serviços prestados e, conseqüentemente, do atendimento disponibilizado ao cidadão.

# ANEXOS

## Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo



### Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Escola de Contas Pública	ECP
Núcleo de Informações Bibliográficas	NIB
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Informações Estratégicas	NIE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Diretoria Adjunta de Secretaria	DAS
Núcleo de Planejamento e Projetos	NPP
Secretaria de Tecnologia da Informação	STI
Secretaria Geral Administrativa	SGA
1ª Secretaria Administrativa	1ª SAD
2ª Secretaria Administrativa	2ª SAD
3ª Secretaria Administrativa	3ª SAD
Secretaria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	SMPC
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Centro de Documentação e Arquivo	CDOC
Núcleo de Contratações	NCT
Núcleo de Obras e Manutenção	NOM
Consultoria Jurídica	CJU
Assessoria de Comunicação	ASCOM
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Secretaria Geral de Controle Externo	SEGEX
1ª Secretaria Adjunta de Controle Externo	1ª SACE
2ª Secretaria Adjunta de Controle Externo	2ª SACE
1ª Secretaria de Controle Externo	1ª SCE
2ª Secretaria de Controle Externo	2ª SCE
3ª Secretaria de Controle Externo	3ª SCE
4ª Secretaria de Controle Externo	4ª SCE
5ª Secretaria de Controle Externo	5ª SCE
6ª Secretaria de Controle Externo	6ª SCE
7ª Secretaria de Controle Externo	7ª SCE
8ª Secretaria de Controle Externo	8ª SCE
9ª Secretaria de Controle Externo	9ª SCE
Núcleo de Engenharia e Obras Públicas	NEO
Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas	NEC
Núcleo de Cautelares	NCA
Núcleo de Jurisprudência e Súmula	NJS
Núcleo de Tecnologia da Informação	NTI



[www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br)  
Rua José Alexandre Buaiz, 157  
Enseada do Suá - Vitória - ES  
CEP: 29050-913  
Tel.:(27) 3334-7600

